

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ nº 116, de 07 de agosto de 2023	
Data: 17/08/2023 Hora: 10h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Lista de Presença: Membros: Murilo Balbino (Prefeitura Municipal de Rio Bonito); Irene Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA); Suelen Vidal (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Ricardo Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN); Stephani Brunetti (Concessionária Prolagos); Caroline Fernandes (Concessionária Águas de Juturnaíba - CAJ); Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS). Convidados: Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ/CBHLSJ); Aline Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ/CBHLSJ); Raquel Trevizam (Secretária Executiva do CILSJ); Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação CILSJ/CBHLSJ).	
Pauta: <ol style="list-style-type: none">Aprovação de sinopses de reuniões anteriores (11/08/2022 e 20/04/2023);Andamento do Projeto de Restauração Florestal – Rio São João (Início de Plantio);Planejamento de Ações com base no Diagnóstico Ambiental de Revisão do Plano de Bacia;Assuntos Gerais.	
Resumo: O Coordenador da Câmara Técnica (CT), o Sr. Murilo Balbino, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, abordou o primeiro item de pauta. <ol style="list-style-type: none">Aprovação de sinopses de reuniões anteriores (11/08/2022 e 20/04/2023); Não houve solicitações de alterações por parte dos presentes. Sendo assim, as sinopses foram aprovadas pela maioria dos membros.Andamento do Projeto de Restauração Florestal – Rio São João (Início de Plantio); O Sr. Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ/CBHLSJ) fez uma breve apresentação sobre o andamento do projeto de restauração florestal na Bacia Hidrográfica do Rio São João, na Fazenda Nova Miracema, em Cachoeiras de Macacu/RJ. Mencionou que o projeto teve início em março de 2023, com um orçamento de R\$181.832,32 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e dois reais, e trinta e dois centavos) e uma vigência de 12 meses. Comentou que durante a vistoria de campo inicial realizada em março, foram identificados pontos	

problemáticos, tais como assoreamento do Rio São João e processos erosivos. O projeto visava a recomposição das margens do rio e de seus afluentes, principalmente no alto curso, contudo, devido aos processos erosivos na área da fazenda, foi necessária a divisão em duas áreas. Comentou que foi realizado um mapeamento das áreas, por meio de levantamento aerofotogramétrico com drones, resultando na definição da Área 1, com cerca de 0,2 hectares, e Área 2, com aproximadamente 3 hectares. Uma delas estava localizada às margens do Rio São João, enquanto a outra abrangia uma área de encosta. Essa decisão foi motivada pela existência de dois afluentes nas imediações do morro, os quais fluíam rapidamente em direção ao Rio São João, desencadeando processos erosivos naquela região. Esclareceu que a escolha das áreas teve como critério proporcionar melhor fluidez da água nos afluentes, visando evitar processos erosivos no Rio São João. Informou ainda que a contratada já iniciou o processo de cercamento das áreas e que a próxima etapa, que consistia no preparo do terreno e do solo, estava programada para iniciar em agosto, com a perspectiva de concluir tudo até meados de setembro, possibilitando o início do plantio ainda em setembro. Destacou que foi observada a incidência de espécies exóticas no local, as quais seriam manejadas durante o preparo do terreno e solo, conforme previsto no projeto. A Sra. Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS) questionou o motivo do cercamento estar sendo feito com arame farpado. O Sr. Leonardo Nascimento explicou que o projeto está sendo implementado em uma fazenda que abrigava gado. Diante dessa condição, a escolha foi pelo uso de arame farpado como medida de proteção para as mudas. A Sra. Dalva Mansur ponderou que normalmente era utilizado arame liso para evitar ferir animais silvestres. O Sr. Leonardo Nascimento explicou que, devido à característica de ser uma área de encosta, optou-se pelo arame farpado em vez do arame liso. Isso se deve ao fato de que o uso de arame liso poderia resultar no afrouxamento da cerca, considerando que o gado frequentemente utiliza essa estrutura para se esfregar. A Sra. Dalva Mansur observou que suas experiências em situações pretéritas indicaram que o arame farpado também não era eficaz para evitar a passagem do gado e que existiam opções mais eficientes, como a utilização de trincheiras. O Sr. Murilo Balbino confirmou, em suas visitas de campo, a identificação do processo erosivo causado pelo afluente do Rio São João, conforme mencionado pelo Sr. Leonardo Nascimento. Expressou preocupação, ressaltando que essa erosão poderia avançar até a estrada, podendo resultar na obstrução da via. Como solução, sugeriu o envio de um ofício à Prefeitura de Cachoeiras de Macacu, relatando o ocorrido e buscando uma solução conjunta. O Sr. Murilo Balbino também compartilhou sua participação em um encontro técnico promovido pela Associação Mico-Leão-Dourado, no qual foi apresentado o trabalho de análise territorial para expansão e proteção do Mico-Leão-Dourado, o qual dependia da formação de corredores ecológicos em áreas de mata de baixada. Ao relacionar isso com a CT Restauração Florestal, ressaltou que a proteção do manancial estava intrinsecamente ligada à preservação do bioma. Sugeriu, então, convidar a associação para se integrar ao CBHLSJ, principalmente no CT Restauração Florestal, pois os esforços e objetivos da associação contribuíam e se alinhavam com as metas do comitê. Ficou deliberado convidar a Associação Mico Leão Dourado para participar da próxima reunião da CT Restauração Florestal. O Sr. Ricardo Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN) sugeriu que o projeto de reflorestamento em andamento seja utilizado

como piloto para orientar todo o trabalho futuro. Essa abordagem incluiria considerar os apontamentos de melhorias feitos pelos membros em relação ao projeto em andamento. Propôs aproveitar essa experiência como uma oportunidade de aprendizado, enfatizando a importância de fazer anotações, realizar uma preparação abrangente e efetuar os registros necessários, visando estabelecer uma base justificativa para futuros pleitos e desenvolvimentos. O Sr. Leonardo Nascimento esclareceu que o escopo técnico do projeto em andamento foi fundamentado na Resolução INEA nº 143/2017, que instituiu o Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação da Restauração Florestal (SEMAR), delineando orientações, diretrizes e critérios para a elaboração, execução e monitoramento de projetos de restauração florestal no Estado do Rio de Janeiro. Embora o projeto do Comitê seja voluntário e, portanto, não tenha a obrigatoriedade de atender a essa resolução, foi decidido que seria apropriado alinhar o projeto a ela, devido ao fato de a mesma se basear no Manual Técnico para a Restauração de Áreas Degradadas no Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela EMBRAPA. Dessa forma, o escopo do projeto foi elaborado considerando ambos os documentos mencionados. O Sr. Ricardo Guadagnin manifestou contentamento com a apresentação do Sr. Leonardo Nascimento e destacou a necessidade de registrar todas as etapas do projeto, utilizando diversos meios (por escrito, fotografias, vídeos, etc.), a fim de fundamentar futuras solicitações com base em evidências e, assim, inspirar outros proprietários e membros a se envolverem na jornada de promover a restauração florestal e o reflorestamento produtivo. A Sra. Dalva Mansur recomendou que a metodologia de avaliação de continuidade fosse aplicada semestralmente, para verificar o estado da restauração. O Sr. Leonardo Nascimento memorou que em 2022 foi aprovado o aporte de recursos destinados à manutenção de mudas, focando especialmente nos projetos de reflorestamento que receberam financiamento do Comitê. Isso ocorreu devido ao fato de que, anteriormente, os recursos alocados para esses projetos limitavam-se ao monitoramento e à manutenção durante o período de vigência do contrato, que era muito curto. O Sr. Leonardo Nascimento informou que o escopo técnico estava atualmente em fase de elaboração, com o objetivo de contratar uma empresa responsável por realizar esse acompanhamento por um período mais prolongado. O Sr. Murilo Balbino questionou a situação do segundo projeto de reflorestamento aprovado para a bacia do Rio São João, na localidade de Alto Braçanã, entre os municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu. O Sr. Leonardo Nascimento esclareceu que o segundo projeto ainda se encontrava em processo de contratação, sendo que as duas licitações deram desertas. O Sr. Murilo Balbino observou que o segundo projeto era até mais prioritário em termos de regeneração e proteção de mananciais do que o projeto atualmente em execução. Por essa razão, destacou a importância de acelerar o processo de contratação para o referido projeto. No que diz respeito ao projeto em progresso e levando em conta a previsão de começar o plantio em setembro, o Sr. Leonardo Nascimento propôs a realização de uma atividade simbólica de plantio com os membros do Comitê em 21 de setembro, marcando o Dia da Árvore. O Sr. Murilo Balbino argumentou que, devido à ampla distribuição geográfica dos membros em várias localidades e considerações logísticas, caso não fosse viável realizar a atividade no dia 21, poderia ser considerada uma alternativa na mesma semana para garantir uma participação mais abrangente e representativa. O Sr. Leonardo Nascimento sugeriu que a discussão sobre a melhor data para a atividade fosse realizada no

grupo de WhatsApp específico da CT, buscando alinhar as preferências de todos os membros. O Sr. Murilo Balbino concordou com a ideia e enfatizou a importância de os representantes comunicarem caso não estejam presentes no grupo, para que possam ser adicionados e participar da discussão. A Sra. Suelen Vidal (Prefeitura Municipal de Cabo Frio) pediu para ser incluída no referido grupo. O Sr. Ricardo Guadagnin destacou a importância de definir a data e o horário o mais breve possível, facilitando assim a organização. Mencionou que, no grupo do WhatsApp, os membros poderiam expressar sua disponibilidade ou indisponibilidade para participar. Quanto ao horário, o Sr. Leonardo Nascimento enfatizou que a opção mais adequada seria pela manhã, visando evitar a exposição às altas temperaturas e ao sol intenso. A Sra. Irene Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA) sugeriu agendar a ação para às 09h, sendo corroborada pelo Sr. Leonardo Nascimento. A Sra. Dalva Mansur propôs a identificação de escolas nas proximidades das áreas de reflorestamento, a fim de promover atividades de educação ambiental voltadas para crianças. Sugeriu entrar em contato com as secretarias de educação dos municípios envolvidos, visando obter informações sobre instituições de ensino ou associações de jovens nas proximidades dessas áreas.

3. Planejamento de Ações com base no Diagnóstico Ambiental de Revisão do Plano de Bacia;

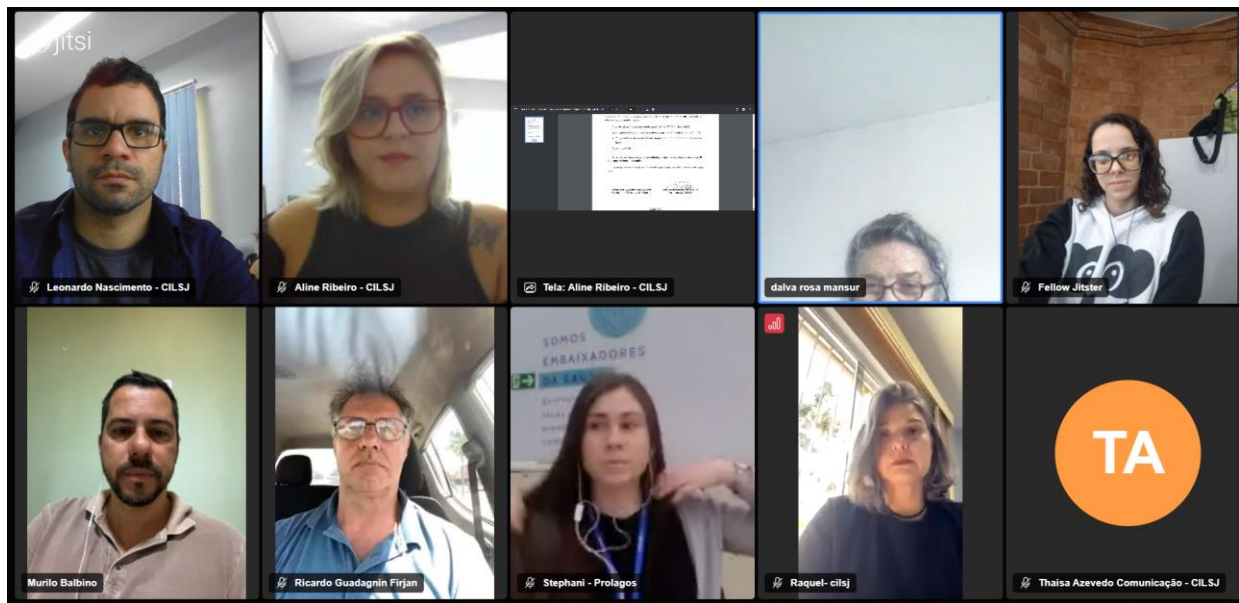
O Sr. Ricardo Guadagnin compartilhou que, durante a oficina de revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica VI (PRH-RH VI), foram discutidos temas que tinham impacto direto na realidade da CT, como a erosão e a degradação de áreas. Ressaltou a importância de abordar ativamente a restauração florestal, além do reflorestamento e reflorestamento produtivo em áreas viáveis, dado a importância da recobertura vegetal na RH VI para a economia, geração de empregos, renda e, especialmente, para o aproveitamento de créditos de carbono, os quais proporcionam a transferência de recursos para pessoas que executam ações dessa natureza em suas propriedades. O Sr. Ricardo Guadagnin destacou a importância de a CT planejar estrategicamente como avançar nesse contexto, visando alinhar expectativas e planos, para que isso resulte na revisão efetiva do PRH-RH VI. O Sr. Murilo Balbino compartilhou sua experiência na 2ª oficina de revisão do Plano, destacando a ausência de um momento que permitisse a participação dos presentes para apresentar propostas, semelhante ao que ocorreu na 1ª oficina, da qual não pôde participar. Criticou a concentração da maior parte dos investimentos, incluindo o reflorestamento, na região de consumo em detrimento da região de produção. Alertou que, se as opiniões não forem equilibradas com uma análise crítica da situação, o plano resultante será deficiente. O Sr. Leonardo Nascimento explicou que as próximas oficinas se concentrarão na discussão com o Comitê sobre o prognóstico da bacia. Ressaltou a importância dessas propostas para que a empresa contratada e o CILSJ, por meio da avaliação dos produtos entregues conforme o termo de referência, possam alinhar todas as informações com a perspectiva do Comitê e demais envolvidos. O prognóstico atual envolve estudos setoriais, adicionando análises complementares ao diagnóstico. Nas próximas oficinas, serão discutidas as articulações de interesse e demandas hídricas, explorando tendências específicas de setores. O Sr. Ricardo Guadagnin enfatizou a necessidade de a CT buscar uma certa unidade que leve em consideração os anseios dos membros da instância em relação à

restauração florestal e à lógica de crédito de carbono, para o replanejamento do novo plano de bacia. A Sra. Dalva Mansur abordou o projeto de reflorestamento na Bacia Hidrográfica (BH) do Rio Una, mencionando que compartilhou a localização da área de intervenção com a equipe técnica do CILSJ e com o Sr. Arnaldo Villa Nova, ressaltando que era a mesma área destinada à dragagem. Destacou que um dos principais desafios para implementar o reflorestamento era obter a colaboração dos proprietários. Para superar esse desafio, sugeriu que a CT intensificasse seus esforços de divulgação, mencionando a criação da publicação "Revivendo Águas Claras" como exemplo, desenvolvida para sensibilizar os proprietários sobre a necessidade de restauração. A Sra. Dalva Mansur opinou que o Comitê, em parceria com as prefeituras, deveria desenvolver um projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para incentivar as pessoas a se envolverem na restauração em troca de benefícios. O Sr. Murilo Balbino questionou se a aprovação do financiamento para o projeto de reflorestamento na BH do Rio Una, mencionado por Dalva Mansur, foi submetida à análise da CT Restauração Florestal. O Sr. Leonardo Nascimento explicou que o financiamento para o projeto de reflorestamento na BH do Rio Una provém de uma categoria de recursos designada especificamente para essa região, e a aprovação do aporte foi conduzida no Subcomitê correspondente. Acrescentou, mencionando que em 2022 foi realizada uma apresentação à CT na qual foi comentado sobre o projeto. O Sr. Leonardo Nascimento assegurou que, mesmo sendo financiado por uma rubrica diferente, o projeto seguirá os mesmos padrões estabelecidos para outros projetos. Quanto ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), O Sr. Murilo Balbino concordou com a Sra. Dalva Mansur. Contou que, em suas interações com os proprietários, sempre surgia a pergunta sobre o que receberiam em troca. O Sr. Murilo Balbino mencionou a existência de um projeto em andamento, que começaria em Casimiro de Abreu e que estava planejada uma reunião de apresentação para acompanhar o desenvolvimento da experiência e, conseqüentemente, avaliar o sucesso da iniciativa deles, a fim de explorar a possibilidade de replicação em outras áreas. A Sra. Dalva Mansur destacou que o Imposto Territorial Rural (ITR) proporciona uma significativa redução no valor a ser pago quando o proprietário tem um projeto de restauração implementado em sua propriedade. O Sr. Murilo Balbino considerou que o ITR era um custo irrisório para o fazendeiro e, portanto, não representava a melhor ferramenta para atrair interesse. A Sra. Dalva Mansur comentou que deveria haver uma parceria entre Comitê e Prefeituras para disponibilização de recurso para implementar o PSA. O Sr. Ricardo Guadagnin ressaltou que as questões apresentadas pelos membros deveriam ser utilizadas para construir o esboço de um plano de ação da CT, para ser apresentado nas oficinas de revisão do Plano de Bacia. O Sr. Leonardo Nascimento enfatizou que a restauração de áreas era uma ação prioritária definida pelo Comitê. Além disso, devido à aprovação da lei que reduz o percentual obrigatório de investimento em saneamento, o comitê estava revisando seu Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Portanto, os anseios estavam sendo discutidos nas instâncias do Comitê para serem equalizados no PPA. Sugeriu que, além das oficinas de revisão do Plano, as questões apresentadas também fossem abordadas na Plenária, proporcionando espaços adicionais para discussão. O Sr. Ricardo Guadagnin questionou se a melhor forma de apresentar as proposições nos espaços de discussão era individualmente ou através de um documento único da CT. O Sr. Murilo Balbino e a Sra. Dalva Mansur opinaram em apresentar através de

um documento único da CT. A Sra. Dalva Mansur completou que poderia ser utilizado o próprio relatório da reunião. Abordando sobre as áreas designadas para recuperação e restauração florestal, a Sra. Aline Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ/CBHLSJ) mencionou que em 2017 alguns municípios da Região Hidrográfica VI desenvolveram seus Planos Municipais de Mata Atlântica, no qual os mesmos indicavam as áreas que consideravam prioritárias. Sugeriu, portanto, a revisão dessas áreas mapeadas para verificar se ainda são consideradas prioritárias ou não. Essa abordagem visa aproveitar o mapeamento prévio como meio de agilizar o trabalho. A Sra. Dalva Mansur corroborou com a fala da Sra. Aline Ribeiro, complementando que a revisão junto aos municípios seria uma forma de envolvê-los na discussão. O Sr. Ricardo Guadagnin sugeriu realizar uma reunião de pauta única para apresentação de proposições e de cases de sucesso, para contribuir na construção do plano de ação da CT. A Sra. Aline Ribeiro pediu que se houvesse alguma consideração e/ou proposição por parte dos membros, que fosse enviado por e-mail ou colocado no grupo de whatsapp.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, reunião foi encerrada.

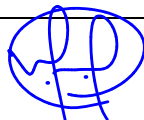
Registro Fotográfico:



Relator: Samara Miranda, revisada por Leonardo Nascimento

Elaborado em: 11/03/2024

Aprovado em: 08/08/2024



MURILO BALBINO VALGUEIRO
Coordenador da Câmara Técnica de Restauração Florestal,
Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do CBHLSJ